



RELATÓRIO DO SECRETARIADO-GERAL SOBRE AS ATIVIDADES DA CIJC

Brasília, 14 de maio de 2026

Em cumprimento ao mandato previsto nos estatutos da CIJC, apresenta-se um relatório das atividades iniciadas e realizadas desde o encontro realizado em Quito, entre os dias 28 e 30 de maio de 2024.

No mês de outubro passado, realizou-se em Madri o VI Congresso da Conferência Mundial de Justiça Constitucional, sob o título “Os direitos humanos das gerações futuras”. O evento permitiu também a realização de reuniões dos diferentes grupos regionais e linguísticos integrados à Conferência Mundial, entre os quais a Conferência Ibero-americana de Justiça Constitucional. Nesse VI Congresso de Madri, também se deu a eleição de novos membros para a Mesa Executiva da Conferência Mundial, na qualidade de representantes dos diferentes continentes, entre eles o Tribunal Constitucional do Peru, em representação do continente americano, sendo os representantes dos demais continentes os tribunais de Marrocos, Áustria e Tailândia.

Por outro lado, nos dois anos decorridos, foram celebrados acordos de cooperação com outros grupos regionais ou linguísticos, a saber:

- Em 19 de setembro de 2024, em Bangcoc, com a Associação de Tribunais Constitucionais e Instituições Equivalentes da Ásia.

- Em 7 de maio de 2025, em Bucareste, com a Associação dos Tribunais Constitucionais Francófonos (ACCF).
- Em 28 de outubro de 2025, em Madri, com a Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa.
- E no mesmo dia, 28 de outubro de 2025, também em Madri, com a Conferência das Jurisdições Constitucionais Africanas.

Em terceiro lugar, como sabem, todos os anos são realizados diferentes seminários presenciais sobre temas de interesse para a justiça constitucional ibero-americana, graças à colaboração do Tribunal Constitucional da Espanha com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID).

- O primeiro deles, realizado em Cartagena das Índias em maio de 2024, teve como tema “Transparência e direito de acesso à informação pública sobre a atividade dos Tribunais Constitucionais”.
- Em dezembro de 2024, foi realizado outro seminário na mesma cidade sobre “A publicidade processual e a divulgação da jurisprudência constitucional em matéria de direitos humanos”.
- Já em 2025, um terceiro seminário em Cartagena das Índias tratou do tema “O controle de constitucionalidade e de convencionalidade na luta contra a discriminação de grupos vulneráveis”, com especial referência ao papel da mulher na justiça constitucional.
- O quarto seminário, sobre “A vítima do crime sob a perspectiva constitucional”, foi realizado em Montevideu em setembro de 2025.
- E o último foi sobre “A diversidade linguística na justiça”, realizado também em Montevideu em dezembro de 2025.

No próximo mês de julho, entre os dias 13 e 17, está programado um novo seminário em Cartagena das Índias sobre o impacto da IA nos direitos humanos, cujo anúncio já foi comunicado às presidências dos tribunais e cujo programa esperamos enviar na

próxima semana. Como sabem, podem participar desses seminários tanto juízes constitucionais quanto assessores jurídicos.

Durante esses dois anos, continuamos elaborando e divulgando o Noticiário da Conferência, que já conta com 37 edições. Não se trata de um jornal jurídico, mas publica notícias sobre a vida de nossos tribunais, como mudanças na composição dos tribunais, eventos de destaque ou entrevistas. Essas entrevistas com magistrados também são publicadas no canal do YouTube da Conferência, assim como as gravações das intervenções de todas essas reuniões da conferência, como faremos com as que ocorreram ontem e hoje. Para recebê-lo, basta se inscrever com um endereço de e-mail.

Por fim, cabe destacar dois projetos recentes:

- a) Por um lado, foi constituída ontem a rede de centros de estudos constitucionais ibero-americanos, a maioria dos quais integrada à estrutura dos tribunais que compõem a nossa Conferência, com a qual esperamos iniciar uma colaboração frutífera. Especificamente, os centros de estudos foram convidados a realizar um estudo comparativo sobre a autonomia orçamentária dos tribunais constitucionais. Com esse estudo, gostaríamos de ajudar os tribunais cujo funcionamento independente se vê comprometido por medidas restritivas ao seu financiamento.
- b) Por fim, um novo projeto de uma Escola de Verão para assessores jurídicos dos tribunais que fazem parte da CIJC. Trata-se de uma iniciativa do Tribunal Constitucional espanhol da qual podem se beneficiar os tribunais membros ou observadores da Conferência e que se destina à formação dos assessores jurídicos de nossos tribunais. Na primeira edição, será uma estadia de duas semanas no Tribunal Constitucional espanhol no mês de julho, com hospedagem e alimentação gratuitas. Os detalhes da convocatória constam do folheto que foi distribuído.

Muito obrigado.